

OS CONCEITOS DE ‘MODO DE PRODUÇÃO’ E DETERMINISMO – REVISITANDO AS DIVERSAS DISCUSSÕES NO ÂMBITO DO MATERIALISMO HISTÓRICO

José D’Assunção Barros ¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo conduzir uma discussão acerca do conceito de ‘Modo de Produção’ ao longo dos vários desenvolvimentos teóricos do Materialismo Histórico, desde as obras de Marx e Engels até alguns dos autores mais recentes. Também se discute, na segunda parte do artigo, algumas das posições teóricas que se referem ao problema do Determinismo na tradição Marxista. Uma comparação entre alguns dos autores já clássicos em relação a esta questão é aqui elaborada, de modo a oferecer uma visão panorâmica sobre as várias alternativas disponíveis para enfrentar o desafio de repensar o Materialismo Histórico em novas bases.

Palavras-Chaves: Materialismo Histórico; Modo de Produção; Teoria

ABSTRACT: This article aims to conduct a discussion about the concept of ‘Mode of Production’ in the various theoretical developments of the Historic Materialism, since the works of Marx and Engels until some recent authors. In the second part of the article, they are discussed, also, some of the theory positions referred to the problem of the Determinism in the Marxist tradition. It is elaborated a comparison between some of the yet classical authors in reference to this question, in order to offer a great view of the several alternatives to face the challenge to rethinking the Historic Materialism in new basis.

Key-Words: Historic Materialism; Mode of Production. Theory.

Materialismo e Modo de Produção

Entre os conceitos pertinentes ao paradigma de análise da sociedade proposto pelo Materialismo Histórico, é quase um truísmo lembrar que ocupa especial lugar de

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

destaque o conceito de “modo de produção”. De fato, a idéia de considerar o “Modo de Produção” como ponto de partida para as análises históricas e sociológicas foi a grande novidade trazida por Marx e Engels, no que concerne particularmente à sua contribuição para as futuras ciências sociais e humanas². O conceito, certamente, beneficiou-se de inúmeras redefinições face ao desenvolvimento de trabalhos historiográficos mais específicos. Mas podemos entendê-lo inicialmente como a combinação das “forças de produção” e “relações de produção” correspondentes a certo período ou sociedade historicamente localizada, sendo que estes dois fatores – as “forças de produção” e as “relações de produção” – estão fadados a se tornarem contraditórios no processo dialético, apesar de terem sido tão bem ajustados no momento nascente do modo de produção, já que as ‘relações de produção’ são geradas no interior de uma determinada formação social precisamente pelas ‘forças de produção’.

É o próprio Marx quem nos diz, no *Prefácio de Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859), que as ‘relações de produção’, que um dia foram o motor das ‘forças de produção’, tornam-se o seu entrave. Neste momento, ou no momento de maior acirramento da contradição, estas duas realidades mal ajustadas precisam fazer o seu acerto dialético. As ‘forças de produção’ em expansão não comportam mais a reação e resistência que lhes é imposta pelas ‘relações de produção’ imobilizadas, retrógradas, inadequadas diante de uma realidade que já se modificou. Sobrevém, então, um momento de “revolução social”. A Tese confrontou-se com a sua Antítese, e ambas precisarão ser superadas pela Síntese, que será o ponto de partida para um novo ‘modo de produção’. Este salto de qualidade para o novo momento é na história provocado pela “revolução”, um conceito que também é apropriado pela concepção materialista da História³.

Em exemplos práticos, vejamos o que seria um ‘modo de produção’, as ‘forças de produção’ e as ‘relações de produção’. Tomemos o exemplo do mundo medieval. O chamado ‘modo de produção feudal’ era constituído por forças de produção e relações de produção bem específicas. No campo das forças de produção teríamos toda a

² Já na *Ideologia Alemã* (1846), Marx e Engels falam nos modos de produção como a maneira mediante a qual os homens, organizados em sociedade, produzem a sua subsistência; os modos de produção correspondem aqui, de acordo com palavras dos fundadores do Materialismo Histórico, a “modos de vida”, ou “uma forma determinada de manifestar a vida”. Sobre isto, ver FONTANA, 2004, p.202.

³ É oportuno lembrar que autores diversos também têm problematizado as maneiras como se dão as transformações que cedo ou tarde se dão no modo de produção, para além do esquema mais simples que opõe contraditoriamente ‘forças de produção’ e ‘relações de produção’. Richard Miller, em seu livro *Analysing Marx: Morality, Power and History* (1984), trará mais complexidade a este movimento interno em um trecho ao qual oportunamente nos referiremos.

materialidade e força vital, toda a tecnologia e modos de apropriação da natureza e otimização do trabalho de que dispõe o homem medieval para reproduzir a existência de sua sociedade diante das condições que lhe é oferecida. Constituem a totalidade das ‘forças de produção’ os ‘instrumentos de produção’ – como o arado ou a charrua –, os ‘meios de produção’, que seriam os ambientes dos quais os homens medievais poderiam extrair materiais para a sua própria vida e também transformar em ambiente para o seu trabalho, e por fim os ‘agentes de produção’, que para simplificar coincidiria com a humanidade que trabalha, no caso da Idade Média os servos (mas depois, também, os mercadores e artesãos, que virão a se constituir em agentes históricos importantes para a superação do modo de produção feudal). Também estaria no campo das ‘forças de produção’ as técnicas conhecidas pelos homens para produzir o seu trabalho ou se apropriar do meio, como o cultivo unidirecional ou o plantio alternado. Ocorre que tudo isto – instrumentos, técnicas, meios de produção e agentes de produção – está sempre em expansão, em certos momentos uma expansão em ritmo mais lento, em outros uma expansão em ritmo mais acelerado. O arado e a charrua constituem aperfeiçoamentos nos instrumentos de produção, as técnicas de cultivo se desenvolvem e se tornam mais eficientes, os meios de produção cedem espaço para novas apropriações humanas através de arroteamentos e ocupação de florestas antes intransponíveis, e a força de trabalho se desenvolve, torna-se mais eficaz, mas também mais complexa, mais beneficiada pela interação humana. A certa altura, com a melhoria da agricultura, produz-se um excedente e, mais bem alimentada, ocorre uma melhoria na qualidade de vida, abrem-se mesmo espaços para que nem todos precisem se dedicar a uma agricultura fechada, e muitos dos camponeses que eram encarregados de fazer tarefas relacionadas ao pequeno comércio local tornam-se comerciantes, engajam-se em empresas de longa distância, autonomizam-se em novas funções; alguns se tornam artesãos; outros continuam camponeses, mas já mais inquietos com as suas condições de vida e as amarras sociais que lhes são impostas.

Estas amarras são precisamente as ‘relações de produção’. No mundo medieval elas partilhavam a humanidade em três grupos básicos, apesar de existirem também outras funções e profissões. A nobreza, dominante, ocupa-se da guerra; o clero, desempenha as funções relacionadas à vida religiosa, fundamental para o homem medieval e mesmo para a manutenção do sistema (na verdade, o próprio clero também se dividia em um alto clero, oriundo da nobreza, e categorias vindas de extratos sociais inferiores, mas de modo esquemático – de acordo com o próprio esquema medieval das

“três ordens” – pode ser considerado uma segunda ordem, ao lado da nobreza). Enquanto isto, a terceira ordem, a base produtiva do triângulo trifuncional, era precisamente o mundo do trabalho, em especial os servos que produziam o sustento alimentar de toda a sociedade, de modo que no esquema ideológico medieval esta partição aparecia como a célebre divisão em “belatore, oratore e laboratore”. Este esquema mental faz parte da “ideologia” – outro conceito importante para o marxismo – e que juntamente com a arte, com o sistema jurídico, com as relações de parentesco, fará parte da superestrutura que deriva da base, do que alguns materialistas históricos chamam de infra-estrutura.

Ora, precisamente no momento em que as ‘forças de produção’ expandidas permitem que se produza um excedente, na chamada ‘fase de expansão feudal’, é que se irá produzir ou se intensificar a contradição fundamental do mundo feudal: uma produção maior do que o consumo. Esta antiga organização social, tão rigidamente estratificada, passa a não mais condizer com um mundo em expansão. Resistente às forças que se articulam a esta expansão, a organização social cedo terá de dar lugar a uma outra, que predisporá ao surgimento, no período moderno, de um mundo que se organizará em torno do mercado, em uma primeira fase do que seria mais tarde um novo modo de produção: o ‘modo de produção capitalista’.

Estes esquemas, relativamente simples, são sugeridos por Karl Marx em *A Ideologia Alemã* (1946), ou ao menos podem ser deduzidos de uma primeira leitura dos seus escritos. Ocorre, contudo, que o ‘modo de produção’ produzido teoricamente para uma compreensão da sociedade é apenas um modelo. Na realidade histórica efetiva este modelo não existe, da maneira como a razão o organiza. É por causa disso que nos anos 1970 surgirá o conceito de “formação social”, e o de uma “formação social específica”. Trata-se de uma mediação para a aplicação da idéia de ‘modo de produção’ a sociedades históricas mais específicas, ambientadas em um espaço sob determinadas circunstâncias, e relacionadas a especificidades e complexidades adicionais, afeitas a um dinamismo que lhe é próprio.

A noção de “formação econômico-social” surge portanto para dar conta desta mediação entre o modelo e as realidades históricas específicas, achando-se registrada no livro de Leporini e Serene (1973) que leva este título. Pierre Vilar também lança mão do novo conceito, e o utiliza de maneira peculiar. A “formação econômico-social” poderia ser caracterizada por um “modo de produção dominante”, o que pressupõe a possibilidade da permanência de traços dos modos de produção anteriores ao lado da

constituição de fatores novos, que já antecipam um modo de produção futuro e contribuem decisivamente para abalar a dominação presente. Estas idéias aparecem no célebre artigo escrito para a revista dos *Annales* em 1973, no qual Pierre Vilar polemiza com Althusser utilizando o sugestivo título “História Marxista, história em construção” (1973, p.165-198).

Sobre a idéia de uma formação social que inclui um modo de produção dominante e persistências de períodos anteriores, será oportuno lembrar uma carta de 1868 escrita por Marx a Engels, portanto no ano seguinte à publicação de *O Capital*. Nesta carta – que atesta simultaneamente a riqueza do pensamento dos fundadores do Materialismo Histórico e a sua capacidade de repensar continuamente os fundamentos do campo teórico-metodológico que estavam fundando – Marx escreve a Engels, com todas as letras, que tinha bem recentemente adquirido a consciência de que as formas sociais pré-capitalistas podiam sobreviver em meio ao Capitalismo. Ou seja, praticamente depois de escrever toda a sua obra conhecida até *O Capital* (1867), e três anos antes de escrever sua última obra de cunho historiográfico (“A Guerra Civil na França”, 1871), Karl Marx ainda formularia um ajuste que somente seria repensado mais sistematicamente cem anos depois. É em vista de situações como estas que freqüentemente os filósofos, historiadores e sociólogos marxistas, e também pensadores ligados a outros campos teóricos, têm retornado freqüentemente a textos de Marx que passaram despercebidos diante de obras que foram transformadas em cânones. Isso ocorreu com “O fetichismo da Mercadoria”, inspirador da Escola de Frankfurt, com os *Grundrisse*, inspiração para a escola Inglesa do Marxismo, e certamente ainda ocorrerá muito com a análise da correspondência de Marx e Engels com interlocutores diversos.

O Modo de Produção em Marxistas posteriores

Em virtude de seu caráter fundacional para a concepção do Materialismo Histórico, o conceito de “modo de produção” atraiu múltiplos esforços de redefinição no campo teórico marxista. A necessidade de desdobramentos e redefinições dava-se em duas direções. De um lado, a história-efetiva oferecia aos historiadores marxistas, através de suas fontes, a necessidade de redimensionar os aspectos teóricos inicialmente formulados por Marx e Engels para se pensar o “modo de produção” como conceito chave. A instância empírica forçava estas redefinições e desdobramentos, com a imposição das realidades históricas trazidas pelas fontes.

Por outro lado, o modo de produção também podia dar lugar a abstrações e elucubrações diversas, sem qualquer base empírica. Existe uma ampla crítica a respeito de algumas das formulações do filósofo argelino Louis Althusser (1918-1990) no que concerne a esta questão, particularmente com respeito à criação de “modos de produção especializados” como os modos “doméstico”, “tributários”, “parcelário”, e tantos outros. Edward Thompson, aliás, foi quem realizou a crítica mais consistente em torno das abstrações criadas por Louis Althusser em torno do quadro conceitual do Materialismo Histórico. Suas críticas a Althusser foram publicadas no demolidor livro “Miséria da Teoria” (1981).

Será preciso entender neste ponto que o Materialismo Histórico sempre apresentou correntes extremamente renovadoras e correntes que poderíamos considerar conservadoras em relação aos postulados iniciais dos fundadores do marxismo, ou, mais grave, ao que estes marxistas mais conservadores acreditam ou queriam acreditar corresponder ao pensamento original dos fundadores do materialismo histórico. É neste ponto que surge, no interior do marxismo, o “dogma” – todo um grupo que cultua textos de Marx como cânones quase escolásticos, frequentemente atribuindo a Marx ou Engels pensamentos que eles nunca tiveram.

Sendo o Materialismo Histórico um campo teórico-metodológico dinâmico, a postura mais tendente a trazer novidades é aquela bem tipificada por Gramsci, que se opunha precisamente ao entendimento do marxismo em geral em geral como “um conjunto de definições acabadas”. Ao contrário, para Gramsci o Marxismo deveria ser entendido como “método para a descoberta de novas determinações”, ou melhor, como um método para explicitar novas determinações a partir do desdobramento das antigas, as quais, sendo dialéticas, eram determinações necessariamente abertas à evolução histórica, e que exigiam, por isso, uma renovação permanente” (COUTINHO, 1988. p.49).

Entendido isto, vejamos em seguida algumas das contribuições para rediscussão, dentro do âmbito do Materialismo Histórico, do conceito de “Modo de Produção”.

Lukács e Gramsci: o Materialismo Histórico nos anos 30

O entendimento de que o modo de produção domina o presente como um todo aparece no pensamento de Georg Lukács, particularmente no capítulo “A Reificação e a Consciência do Proletariado”, que integra o ensaio *História e Consciência de Classe*

(1923). No caso das sociedades capitalistas, o ponto nodal a ser considerado seria a “mercadoria”, que termina por afetar a sociedade como um todo. Essa reflexão sobre o “caráter fetichista da mercadoria” – cujo abandono pelo “marxismo vulgar” é lamentado logo no início do ensaio – seria especialmente importante para a chamada Escola de Frankfurt, que reúne autores como Adorno, Marcuse e Horkheimer. Para Lukács, o capitalismo moderno é dominado pela “forma mercantil”, que exerce “influência decisiva sobre todas as manifestações da vida” (LUKÁCS, 1989, p.98), sendo remarcável o fato de que nenhum outro sistema teria chegado ao ponto de transformar a força de trabalho em mercadoria. Bem entendido, a questão não é que o homem – o trabalhador – tenha se tornado mercadoria, tal como ocorre nos sistemas escravistas, mas sim que a atividade do homem tenha se tornado mercadoria.

Entrevê-se, aqui, apesar de seu objeto único ser a sociedade capitalista, a maneira como Lukács concebe o modo de produção. Para compreendê-lo, a cada modo de produção em particular, deve-se apreender precisamente este traço geral, este aspecto que termina em cada modo de produção por comandar de uma maneira ou de outra todas as manifestações da vida. Destarte, é precisamente nas sociedades capitalistas que essa extensão de um traço essencial à totalidade se afirma mais intensamente, e Lukács chega a afirmar que “foi o capitalismo que pela primeira vez produziu, com uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, uma estrutura de consciência – formalmente – unitária para o conjunto da sociedade” (LUKÁCS, 1989, p.114).

Já Antonio Gramsci (1891-1937) encaminhou uma solução especial para a questão do “modo de produção”. A estrutura e a superestrutura constituiriam, para ele, um “bloco histórico”, e neste sentido não deveriam ser examinadas separadamente. De fato, um dos princípios básicos propostos por Gramsci é o do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura (PORTELLI, p.45). Ainda hoje, temos no ensaio de Hugues Portelli intitulado “Gramsci e o Bloco Histórico (1002), uma das sínteses mais eficientes acerca das questões que envolvem o “Bloco Histórico”. Será este ensaio que tomaremos como base para nos aproximarmos de Gramsci, para além dos próprios *Cadernos do Cárcere* e outras fontes de autoria do historiador italiano.

Com relação à definição de “estrutura” (correspondente à “infra-estrutura” em outros autores), abarca a combinação das forças sociais com o mundo da produção, notando-se que este último âmbito – o das forças materiais de produção – seria o menos variável no desenvolvimento histórico. A “estrutura” como um todo, contudo, seria bem dinâmica, a ponto de Gramsci ressaltar que não se pode apreender a estrutura como se

esta fosse uma “imagem fotográfica”, cumprindo notar ainda que a análise exata só seria mesmo possível ao término do período considerado (PORTELLI, p.45).

Esse aspecto é particularmente interessante, pois situa o Materialismo Histórico como método historiográfico por excelência, secundarizando de alguma maneira a abordagem sociológica de análise do tempo presente. Não seria possível, senão assumindo o caráter hipotético e parcial dos resultados assim obtidos, examinar um determinado bloco histórico de dentro do próprio processo que o envolve. É quando o bloco histórico chegou a seu termo, findando seu processo de desenvolvimento e já se transformando em outro bloco histórico, que sua análise precisa torna-se possível. Transformado em história efetiva, plenamente realizada e documentada, o bloco histórico torna-se finalmente acessível para os historiadores, conforme sugere Gramsci. Com relação às relações de determinação presentes no interior do bloco histórico, Gramsci ainda trabalha com a concepção de que a estrutura é reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Mas utiliza essa concepção como abertura para um ganho metodológico. Sendo a superestrutura um reflexo do conjunto das relações sociais de produção, a análise do desenvolvimento da superestrutura permite o estudo indireto da própria estrutura.

Resta destacar um aspecto que é singular em Gramsci: o papel dos intelectuais (no sentido gramsciano, o intelectual não é um homem de letras, mas qualquer ser humano envolvido em ação social). O vínculo orgânico entre superestrutura e estrutura é assegurado pelos intelectuais, encarregados pela própria dinâmica do sistema de gerir a superestrutura do bloco histórico.

Pierre Vilar: um dos pioneiros em uma visão complexa do Modo de Produção

Em diversificados textos de Pierre Vilar, o tratamento mais complexo dispensado ao modo de produção – concebido como simultaneamente determinado e determinante – expressa-se através da atenção dispensada a aspectos por vezes secundarizados pelo marxismo mais corriqueiro de sua época. Assim, no artigo escrito para a revista dos *Annales* de 1973, intitulado “Histoire Marxiste, histoire em construction” (1973-b), Pierre Vilar chama atenção para um aspecto pouco abordado no delineamento de um Modo de Produção: as condições geográficas. Depois de destacar a influência do clima, do relevo, e de outros aspectos geográficos na vida humana, Vilar acrescenta que cada sociedade manipula o espaço em função de suas técnicas,

necessidades e organização interna (LEMARCHAND, 2007, p.97). Percebe-se simultaneamente o diálogo com Lucien Febvre e Fernando Braudel, e a preocupação em estabelecer os horizontes marxistas de sua concepção.

Avançando ainda mais na complexificação do conceito de Modo de Produção, Vilar acrescenta-lhe também a importância da Demografia, impondo-se ao mesmo tempo para redefinir as forças de produção e o potencial de consumo. Para aquilatar a importância das reflexões pioneiras de Vilar neste sentido, devemos acompanhar as análises de Lemarchand, que dissertou mais sistematicamente sobre “A Noção de Modo de Produção em Pierre Vilar” (2007, p.98). Um artigo de Pierre Vilar datado de 1956, intitulado “Le temps du Quixotte”, escrito para a revista *Europa*, já trazia a Demografia para primeiro plano. O ensaio de Pierre Goubert que introduz o estudo da demografia para a França do século XVII, intitulado *Beauvais et Le Beauvaisis* data de 1960. E os materialistas históricos dos anos 1960, na sua maioria, ainda expressariam uma acentuada desconfiança em relação à Demografia, então uma ciência recente.

Tudo isto ilumina o caráter inovador de Pierre Vilar ao trazer para as discussões sobre o Modo de Produção simultaneamente as instâncias Geográfica e Demográfica. Isto, naturalmente, sempre dentro do horizonte maior do Materialismo Histórico, e será oportuno lembrar que em 1960, mesmo ano da publicação do *Beauvais* de Pierre Goubert, Pierre Vilar profere uma conferência intitulada “Crescimento Econômico e análise histórica” na qual ressalta a importância da dimensão demográfica mas critica a autonomização da Demografia, ressaltando que o fator população não poderia se constituir na chave universal para a compreensão da História.

Por fim, Pierre Vilar acrescenta ao Modo de Produção o aspecto mais renitente entre os marxistas de sua época: a superestrutura, a começar pelo papel do Estado, sempre lembrando que seu principal objeto de estudos históricos nos anos 1960 refere-se à Monarquia na Espanha dos séculos XVI e XVII. Em seguida, a Ideologia, incluindo o desprezo da aristocracia espanhola pelo trabalho, e, particularmente, a Religião, destacada com especial cuidado por Pierre Vilar para uma correta compreensão do mundo feudal, o que é nos dias de hoje uma instância de primeira ordem para a compreensão do modo de produção feudal, mas cujo papel fora muito negligenciado pelos marxistas franceses da época de Pierre Vilar. Vale ainda lembrar que, sintonizando com uma concepção análoga expressa nos anos 1960 pela micro-sociologia política de Georges Gurvitch, Pierre Vilar ainda chama atenção para o fato de

que cada instância da formação social – a economia e a Política, por exemplo – tem o seu ritmo próprio.

A Escola Inglesa do Marxismo e o modo de produção

A renovação dos estudos culturais trazida pela Escola Inglesa tem sido fundamental para repensar o Materialismo Histórico – particularmente para flexibilizar o já desgastado esquema de uma sociedade que ainda era vista, por muitos marxistas, a partir de uma cisão entre infra-estrutura e superestrutura. Com a *Escola Inglesa do Marxismo* – que tece entre seus historiadores mais célebres Edward Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill – o mundo da Cultura passa a ser examinado como parte integrante do “modo de produção”, e não como um mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma sociedade. Existiria, de acordo com esta perspectiva, uma interação e uma retro-alimentação contínua entre a Cultura e as estruturas econômico-sociais de uma Sociedade, e a partir deste pressuposto desaparecem aqueles esquemas simplificados que preconizavam um determinismo linear e que, rigorosamente falando, também já havia sido criticado por Antonio Gramsci, outro historiador marxista especialmente preocupado com o campo cultural. Será oportuno citar uma remarcável passagem de Thompson:

“Uma divisão teórica arbitrária como esta, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar a respeito de uma divisão assim” (THOMPSON, 2001. p.254-255)

Thompson rejeita, inclusive, a habitual “prioridade interpretativa atribuída ao “Econômico”. Se algures já se disse que “sem produção não há história”, o historiador inglês acrescenta, com alguma ironia: “sem cultura, não há produção” (THOMPSON, 2001, p.258). Por vezes, não seria mesmo possível separar economia e cultura com relação a certos processos ou fatos históricos, mesmo já referentes ao período moderno.

O exemplo mais brilhante desta impossibilidade de separar economia e cultura no estudo de alguns processos históricos específico foi dado pelo próprio Edward Thompson em suas pesquisas sobre as revoltas populares na Inglaterra no século XVIII, que foram expressas em um texto escrito em 1971 com o título “A Economia Moral da multidão inglesa do século XVIII”. Thompson demonstra que, neste contexto social, era

em nome dos princípios morais que se faziam as queixas, confiscos de grãos e pães, e inúmeros outros processos pertinentes ao mundo econômico e também à Política⁴. A Economia, neste contexto social e relativamente a estes diversos processos, não era portanto separável de certas concepções morais que circulavam na sociedade em questão. Economia e Moral, e portanto Economia e Cultura, não eram separáveis. Separá-las historiograficamente seria equivalente a perder a possibilidade de compreender aqueles processos históricos. Em vista disto, Thompson introduz um novo conceito no âmbito das reflexões historiográficas: o de “Economia Moral” (na verdade, conforme indica Thompson, a expressão já havia sido empregada na própria Inglaterra do século XVIII, em uma polêmica de Bronterre O’Brien contra os autores vinculados à Economia Política). Posteriormente, o conceito foi incorporado às análises historiográficas e passou a ser utilizados por historiadores para a análise de contextos diversos (SCOTT, 1976). Às posições de Thompson, retornaremos oportunamente.

Outra variação experimentada com relação às teorizações sobre o Modo de Produção foi o renomeamento de modos de produção, ou o reagrupamento de espacialidades e temporalidades de uma nova maneira. Eric Wolf, no ensaio *A Europa e os Povos sem História*, considera três famílias de modos de produção – o modo parentesco, o modo tributário, e o modo capitalista – e faz com que o recém-nomeado “modo tributário”, uma designação emprestada a Samir Amim, coincida com formações sociais habitualmente enquadradas tanto no modo asiático como no modo feudal. Hobsbawm, em um artigo sobre “Marx e a História” no interior do qual dedica uma pequena parte a uma crítica do ensaio de Wolf, condena o amalgamento em uma única realidade de formações sociais tão díspares como o ocidente feudal e o Império Chinês,

⁴ Esta economia moral específica da Inglaterra no século XVIII, segundo Thompson, “supunha noções definidas, e apaixonadamente bem defendidas, do bem estar comum” (THOMPSON, 1998, p.152). Mais ainda, não se tratava apenas de algo que aflorava à época das crises e revoltas populares, mas de um modo de pensar que inclusive incidia sobre as próprias ações do governo. Por outro lado, e este é o cerne da investigação de Thompson nesta obra, ele busca investigar as tensões e conflitos gerados entre esta Economia Moral – expressa através do tradicionalismo – e a nova economia política gerada pelo funcionamento da sociedade industrial e mercantil. Portanto, são confrontados aqui, no interior de uma mesma realidade histórica, dois modelos econômicos distintos, baseados em pressupostos diferenciados: um modelo pré-capitalista no qual a produção e o comércio deviam se subordinar a regras já estabelecidas pelos costumes e valores morais, e um modelo econômico já de natureza capitalista, que desobrigava proprietários e comerciantes de qualquer responsabilidade ou dever em relação às classes menos favorecidas. O conceito de “Economia Moral” é retomado por Thompson no capítulo V de *Costumes em Comum* (1998, p.203).

passando por diversificadas sociedades agrárias ou urbanizadas, bem distintas umas das outras (1984, p.48)⁵.

Determinismo

Questão-chave a ser reajustada quando se fala em “modo de produção”, conforme já pudemos ver até aqui, é a do papel que deve desempenhar o “determinismo”, seja no que se refere às relações do modo de produção com outras instâncias da sociedade, seja no que se refere à transformação de um modo de produção em outro. Até que ponto a passagem de um ‘modo de produção’ a outro, no decorrer da história, pode ser entendida como “determinada” – como algo que ocorrerá necessariamente em certa direção, e não em outra? Ao mesmo tempo, até que ponto a maneira como uma sociedade se estrutura nas suas condições mais imediatas de produção – na sua base fundamental, por assim dizer – impõe características que afetam o mundo humano em outras instâncias como a arte ou a religião? Essas questões, relacionadas à noção de “determinismo”, também foram amplamente discutidas por pensadores posteriores ligados ao pensamento marxista. São estes vários posicionamentos que examinaremos a seguir, de modo a mostrar que também aqui o Materialismo Histórico tem se apresentado como concepção científica em permanente transformação.

O Quadro 1, ao final deste artigo, procurará destacar algumas posições distintas em relação à questão do Determinismo entre autores diversos ligados ao Materialismo Histórico. De modo geral, pode-se dizer que a relativização da idéia de Determinismo Econômico vem ocorrendo na verdade desde os próprios fundadores do Materialismo Histórico. Nas *Cartas a Starkenburg, Bloch, Schmidt*, já começam a aparecer as ressalvas e observações de Friedrich Engels com relação à impossibilidade de se considerar um determinismo econômico absoluto, que regesse todos os fatos da História⁶. De igual maneira, tal como observa Eric Hobsbawm (1984, p.45), marxistas

⁵ Crítica ainda mais detalhada desta mesma obra foi encaminhada por Hobsbawm no artigo “Todo Povo tem uma História”, publicado em 1983 no *Times Literary Supplement* (também incluído em *Sobre História*, p.185-192).

⁶ Algumas das correspondências que documentam estas preocupações podem ser indicadas. *A Carta de Engels a Bloch*, datada de 21 de setembro 1890; a *Carta de Engels a Mehring*, datada de 14 de julho de 1893 (*Marx-Engels selected correspondence*. Londres: 1936, p.475-7 e 510-3), as *Cartas a Schmidt*, de 1890, e as *Cartas a Starkenburg*, de 5 de janeiro 1894. Ver FERNANDES (org.), 1984, p.455-471.

posteriores começaram a discutir o papel do acaso e do indivíduo na História, a exemplo de Plekhanov (1987, p.72-112).

A idéia de determinismo – e existem diversos outros posicionamentos teóricos para além do Materialismo Histórico que também trabalham com esta formulação, e não apenas em referência à esfera econômica – sempre instiga preocupações relacionadas à reflexão sobre a liberdade humana. Daí as questões relativas à determinação na história estarem entre os temas mais visitados e revisitados no campo do Materialismo Histórico.

De modo geral, os historiadores e filósofos marxistas, e o próprio Engels na sua correspondência dos últimos anos, foram criativos em imaginar algumas saídas para aquilo que poderia se tornar um estagnante modelo de determinação absoluta. Houve também os que embarcaram na estagnação do determinismo absoluto, muitas vezes impondo esta idéia e eliminando evidências relativizadoras a golpes de martelo, como foi o caso de Joseph Stalin, que na fase de seu exercício ditatorial mais absoluto impôs à historiografia russa o modelo único e inquestionável da sucessão unilinear de cinco modos de produção. Por outro lado, as relativizações da noção de “determinismo econômico” foram mais ricas. Devemos entender dois tipos de determinismo que são sugeridos pelo Materialismo Histórico, para analisar por partes esta questão.

Há de um lado um ‘determinismo diacrônico’, que seria aquele de acordo com o qual se diz que uma determinada estrutura social fatalmente resultará em outra (por exemplo, o “modo de produção feudal” necessariamente conduz ao “modo de produção capitalista”, e o “modo de produção capitalista” necessariamente conduz ao “modo de produção socialista”, sem reversões possíveis, atalhos, ou variações).

E há de outro lado o que denominaremos ‘determinismo sincrônico’, que corresponde à idéia de que existe certa “base” que condiciona ou determina uma certa “superestrutura”. As perguntas que se colocam relacionam-se à intensidade e à natureza da determinação que é imposta sobre a superestrutura pela base econômica (e há, aliás, variações relacionadas ao que estaria de fato incluído na base). Também se colocam outras perguntas, que se referem a possíveis influências também da superestrutura sobre a base, ou sobre a relativa autonomia de alguns aspectos da superestrutura.

Existem diversas passagens em Marx ou Engels que abordam o determinismo sincrônico, isto é, o determinismo que emana das bases materiais e econômico-sociais de uma sociedade e que resulta no surgimento de uma superestrutura correspondente, na qual se incluirão todas as maneiras de pensar e formas de expressão cultural como a

arte, as concepções filosóficas, os padrões de sociabilidade, a ideologia, e assim por diante. Em certa passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), que é uma obra na qual Marx procura empreender uma análise histórica específica, encontraremos as seguintes palavras:

“Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições de existência social, constrói-se toda uma superestrutura de impressões, de ilusões, de formas de pensar e de concepções filosóficas particulares. A classe inteira as cria e as forma sobre a base das condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo que as recebe por tradição ou por educação pode imaginar que representam as verdadeiras razões e o ponto de partida de sua atividade” (MARX, *O 18 Brumário*, 1852)

Esta passagem sugere que a base da qual parte o condicionamento incorpora tanto os aspectos econômicos (as “condições materiais”) como as “relações sociais” e as “formas de propriedade”. Trata-se de uma base econômico-social, e há algo que dela fica de fora, que é determinado por este núcleo sócio-econômico, e que corresponde a uma “superestrutura” relativa ao âmbito das idéias e das formas de sensibilidade. Já em um texto publicado sete anos depois – este já de natureza econômica (e não mais histórica) – aparece outra referência ao determinismo que posteriormente se tornou uma das mais citadas passagens de Marx para descrever o processo de condicionamento da vida social:

“Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas ‘relações de produção’ constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1859).

Neste texto, um prefácio que prepara um ensaio de Crítica da Economia Política, a base parece convergir para um ‘modo de produção’ que corresponderia à maneira como os homens em sociedade se organizam para produzir a sua vida material. A totalidade dessas “relações de produção”, são palavras de Marx, constitui a “estrutura econômica da sociedade”, a base sobre a qual se eleva a “superestrutura”. São diferenças sutis entre uma passagem e outra, mas pode-se perceber que aqui a “base” é mais enfaticamente econômica que social. Marx fala agora em “relações de produção”,

e não em “relações sociais”, quando pretende delimitar a base determinante, aqui já explicitada como a “estrutura econômica” da sociedade (sinônima, no texto, de “modo de produção da vida material”). O que fica de fora, agora, e que constitui a superestrutura determinada, corresponde ao “processo da vida social, política e intelectual”. Dito de outra forma, a base encurtou em relação à que era descrita no *18 Brumário*, e a superestrutura ampliou-se concomitantemente. Estas oscilações entre as várias passagens de Marx e Engels que se referem às determinações sociais sincrônicas já apontavam para variações que iriam ser freqüentemente exploradas pelos marxismos subseqüentes. No limite, existirão autores que buscarão estender o modo de produção também aos aspectos culturais, de modo que as determinações e condicionamentos passarão a ser considerados por dentro do próprio modo de produção, em um universo mais complexo de interações, e não como originários de um setor específico – a economia – do qual as demais instâncias sociais constituirão meros reflexos.

De modo geral, os resultados das investigações empíricas da História tenderam a favorecer mais os modelos relativizados de determinismo, que oferecem aberturas para as complexidades históricas com as quais os historiadores vão se deparando nos seus processos efetivos de pesquisa, do que os modelos unilineares e redutores de determinismo. O ‘Quadro 1’ procura precisamente indicar as saídas fundamentais que têm sido pensadas por historiadores, sociólogos e filósofos marxistas no sentido de relativizar a questão do determinismo. O ponto “zero” corresponde ao problema, que é a idéia de que possa haver uma determinação absoluta de uma Base sobre a Superestrutura. O Econômico teria aqui uma primazia, e as normas e cultura desdobrar-se-iam como meros reflexos secundários. Esta posição foi radicalizada por alguns marxistas chamados ortodoxos, mas a verdade é que nos próprios textos de Marx não está muito claro que o fundador do marxismo acreditasse neste tipo de determinação absoluta. O próprio Engels (1820-1895), cuja vida ultrapassou à de Marx (1818-1883) em doze anos, já pôde se confrontar de 1890 com novos questionamentos que o levaram a rever ou aprimorar suas posições frente ao problema, inclusive considerando o desenvolvimento mais avançado de um movimento socialista que já começara inclusive a gerar uma literatura crítica⁷ a respeito. Daí as cartas a Bloch (1890) e Mehring (1893), nas quais apresenta suas novas posições. Desta época data a formulação do que registramos no ‘Quadro 1’ como a primeira saída do impasse do determinismo absoluto:

⁷ Sobre isto, ver o artigo de Eric Hobsbawm intitulado “O Doutor Marx e seus críticos vitorianos” (2000. p.281-292).

a idéia do “Determinismo em Última Instância”. Uma passagem extraída de uma das cartas a Mehring ilustra bem a nova posição assumida por Engels em relação à questão do determinismo:

“No mais, falta apenas ainda um ponto que nas coisas de Marx e minhas não foi regularmente destacado de modo suficiente e em relação ao qual recai sobre todos nós a mesma culpa. Nós todos colocamos inicialmente – e *tínhamos de fazê-lo* – a ênfase principal, antes de mais nada, em derivar dos fatos econômicos básicos as concepções políticas, jurídicas, e demais concepções ideológicas, bem como os atos mediados através delas. Com isto, negligenciamos o lado formal em função do conteúdo: o modo e a maneira como essas concepções surgem. Isso deu aos adversários um belo pretexto para erros e deformações / [...] / Aqui [nos detratores do Materialismo Histórico] está subjacente a concepção vulgar, não-dialética, de causa e efeito como pólos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação. Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas, no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode reatuar até mesmo sobre as suas próprias causas” (ENGELS, *Carta a Mehring*, 1893)

Posição antípoda em relação à de ‘Determinação em Última Instância’ é a idéia de “superdeterminação”, sustentada pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser (item 6). Althusser, em seu ensaio intitulado *Contradição e Superdeterminação* (1962), havia introduzido no marxismo estruturalista francês o conceito de “superdeterminação” de modo a substituir a idéia de “contradição” por um modelo mais complexo de casualidade múltipla, tal como o que já vinha sendo empregado na Psicanálise, mas agora pensado como também aplicável a situações históricas e políticas. Em tal modelo, os princípios fundamentais do Materialismo Histórico parecem se esboroar: as determinações se invadem a cena de todos os lados, um tanto desordenadamente, e “os problemas do materialismo histórico e cultural são deixados sem solução, assim como embaralhados e elididos” (THOMPSON, 2001, p.256).

Por outro lado, Louis Althusser é acusado de ter difundido em outras obras uma concepção bastante mecanizada em torno da mesma metáfora da oposição entre Base (vista como infra-estrutura) e Superestrutura. Edward Thompson (1924-1993) dirige severas críticas às concepções de Althusser no ensaio “A Miséria da Teoria ou Um planetário de Erros”, embora também desfeche contundentes críticas contra o stalinismo, ao qual oporá à noção de “Socialismo Humanista”. Para Thompson, ao dialogar de modo equivocado com o estruturalismo, Althusser teria negado o papel ativo dos homens na história, concebendo-os como meros reflexos ou desdobramentos da estrutura. Também contra Althusser partem vigorosas críticas de Pierre Vilar, em um

artigo que escreveu em 1973 para a Revista dos Annales, intitulado “Histoire Marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser”.

Repensando o Determinismo a partir da criação de novos conceitos

Antes de prosseguirmos, será oportuno lembrarmos que outra forma de relativizar a rigidez do esquema de determinação imposto da Base sobre a Superestrutura, corresponde à criação de novos conceitos. Não estabelecemos estes novos conceitos como uma nova posição, e por isso situamos a sua menção na parte superior, fora do quadro circular das posições habituais frente ao problema da relação de determinação entre Base e Superestrutura. Antonio Gramsci, por exemplo, buscou relativizar a determinação econômica através do conceito de “hegemonia”. Esse conceito procura lançar uma nova luz sobre os modos de dominação e controle que a “classe dominante” estabelece sobre as “classes dominadas”. Essa dominação não seria feita apenas através das forças repressivas (militares e policiais) e através da coação econômica direta. A Hegemonia atua precisamente no nível daquilo que corresponderia à Superestrutura. Mas desde já devemos lembrar a posição de Gramsci relativamente ao seu entendimento do modo de produção. Para ele, a estrutura e a superestrutura constituiriam na verdade um “bloco histórico”, de modo que não deveriam ser examinadas separadamente. Para além disto, é oportuno lembrar que Gramsci também reconhecia que as flutuações políticas e ideológicas não deveriam ser encaradas como meros reflexos imediatos da “infra-estrutura”:

“a pretensão de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas ... Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduziu em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais” (GRAMSCI, 1997, p.238)

Voltando à discussão sobre o conceito de “Hegemonia”, esta se relaciona à capacidade de uma classe dominante exercer seu poder sobre as demais não através da coerção e da repressão, mas sim através de um consenso que é estabelecido através da difusão de certo conjunto de verdades em que todos os grupos sociais terminam por acreditar, sem se darem conta de que, naquela ideologia de classe, que está sendo

difundida como consenso, escondem-se interesses particulares. O momento em que a Hegemonia se quebra é aquele em que as classes subalternas adquirem consciência e podem avançar em seu processo de luta social, impondo transformações nas relações de produção⁸.

O conceito de “hegemonia” foi incorporado ao instrumental teórico do Materialismo Histórico, e também adquiriu novos desenvolvimentos. Thompson, por exemplo, procurava enxergá-lo através da idéia de “reciprocidade”, que recoloca uma influência também das posições das próprias classes dominadas na constituição da “hegemonia”. Desta forma, mesmo a hegemonia não implicaria em um movimento unilinear, dos interesses das classes dominantes para a sujeição ideológica das classes dominadas.

Autonomia relativa

Retornando às posições fundamentais diante da questão da “determinação”, encontraremos aquela que qualificamos como uma ‘autonomia relativa de certos elementos da superestrutura’. Esta posição começou a surgir quando os historiadores, antropólogos e sociólogos marxistas se puseram a estudar e pesquisar em áreas específicas relacionadas à cultura e à política. Por exemplo, os estudos de História da Arte pareciam revelar a alguns historiadores um desenvolvimento autônomo de certos aspectos relacionados às formas de expressão artística ou ao desenvolvimento técnico. Nem sempre era possível atribuir tudo, no desenvolvimento da história da arte, ao que vinha ocorrendo no plano econômico-social. Embora alguns historiadores da arte tenham trabalhado mais diretamente dentro desta posição de determinação do social-econômico sobre a arte, como foi o caso de Hauser, outros já atribuíram, ao menos em algum nível, uma autonomia aos desenvolvimentos artísticos. Giulio Carlo Argan, por exemplo, está mais próximo dessa posição. Ao mesmo tempo, há ainda a posição a meio caminho entre considerar uma autonomia mais acentuada de certos setores culturais e a

⁸ O Estado, na teorização proposta por Gramsci, desempenha um papel duplo e contraditório com relação à difusão hegemônica no bloco histórico. Vejamos os comentários de J. A. Guilhon Albuquerque: “De fato, embora mantendo a metáfora da estrutura e da superestrutura, para Gramsci o Estado não é o último andar de um edifício, de onde a classe dominante exerce o seu poder, mas uma função de classe, uma função contraditória que se desdobra na dupla função da hegemonia (ideologia, sociedade civil), e de ditadura (coerção, sociedade política)” (ALBUQUERQUE, 1985, p.20).

idéia já mencionada da “determinação em última instância”, proposta por Engels já nas cartas a Mehring⁹.

A ‘posição 3’ refere-se à idéia de que haveria uma interação recíproca entre Base e Superestrutura. Assim como os desenvolvimentos das forças produtivas redimensionam as relações de produção e concomitantemente aspectos como a arte, as expressões culturais, as concepções científicas, as ideologias, o imaginário, seria igualmente possível conceber que o desenvolvimento destas áreas também podem retroagir sobre a Base, produzindo novas transformações.

A rejeição da Metáfora da Superestrutura

A ‘posição 6’ busca redefinir o que deve ser colocado na chamada “Base”, ou então redefinir o que é o “Modo de Produção”. São lançados questionamentos críticos que, no limite, colocam em cheque a própria metáfora utilizada (a idéia de uma base que se opõe e determina a estrutura). As perguntas são aqui colocadas. Resistirá à análise concreta de sociedades, das mais primitivas às mais complexas, a idéia de uma “Base Econômica” que define e redefine constantemente uma “Superestrutura Cultural”? A Base corresponde diretamente ao “Modo de Produção”? Este Modo de Produção inclui apenas o Econômico?

Derek Sayer, por exemplo, rejeita em seu ensaio *A Violência da Abstração* (1987) a aplicação da metáfora base/superestrutura como um modelo da relação entre níveis, práticas ou instâncias substancialmente distintos no interior da formação social, e afirma em seguida:

“conceituar essa relação em termos causais (ou funcionais), é repetir exatamente a ilusão lógica da separabilidade superestrutural que Marx

⁹ Antes de romper definitivamente com a metáfora “base / superestrutura”, o que se dá muito claramente nos artigos de 1877, Thompson se refere, em um artigo de 1976 sobre “Os modos de produção e revoluções na Inglaterra”, à necessidade de “levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos e culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos ‘econômico’ [coloca especialmente entre aspas a palavra ‘econômicos’]” (THOMPSON, 2001, p.207). Neste mesmo texto, ele já começa a se confrontar contra a metáfora “base / superestrutura”, mas ainda não a rejeita definitivamente como nos artigos de 1977: “Especialmente, talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura-superestrutura: a tradição herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa” (THOMPSON, 2001, p.207). “Talvez enganosa”, nos diz Thompson, sem ainda querer avançar para o passo definitivo que será o da rejeição da metáfora nos artigos de 1977.

estava, acima de tudo, preocupado em refutar. Tais construções fogem espetacularmente ao assunto central desse argumento. A metáfora base/superestrutura aplica-se à relação entre o ser social e a consciência social e não é de modo algum um modelo virtual de ‘níveis’ sociais” (SAYER, 1987, p.91-2)

Portanto, Sayer denuncia um uso indevido da metáfora base/superestrutura, que um dia fora proferida por Marx para opor o Ser Social e a Consciência Social. O desvirtuamento desta metáfora para simbolizar dimensões distintas do Social, tais como a Economia, a Política e a Cultura, teria sido obra de comentaristas posteriores. No limite, estes questionamentos tendem ao abandono mesmo do par Base / Superestrutura como imagem adequada para a compreensão de uma realidade histórica e social, o que corresponde em nosso “Quadro 1” a uma das alternativas da ‘posição 7’.

A rejeição da dicotomia estrutural parece ser, por exemplo, um dos desdobramentos da demonstração de Maurice Godelier de que não é possível separar *O Ideal e o Material*, no livro de mesmo nome (GODELIER, 1984). Por outro lado, caso se opte por conservar a distinção entre infra-estrutura e superestrutura, o antropólogo francês recomenda que “esta não deve ser tomada como uma distinção entre níveis ou instâncias, nem tampouco entre instituições” (GODELIER, 1984, p.18-19), de modo que aqui se tem uma posição bastante análoga à de Derek Sayer, logo acima esclarecida. Mas a principal contribuição de Maurice Godelier, particularmente amparada em um sistemático trabalho antropológico, está em mostrar que o papel central que desempenha o Econômico nas sociedades capitalistas não pode ser estendido a todos os tipos de sociedades. Mesmo em sociedades nas quais o Econômico desempenhe o papel central, teríamos sempre de nos perguntarmos de que econômico estaríamos falando, sendo ainda preciso reconhecer, acompanhando Godelier em outro de seus ensaios, que cada sociedade produz a sua própria racionalidade econômica, não sendo esta diretamente aplicável ou mesmo válida em relação a uma outra sociedade no tempo e no espaço (GODELIER, 1967, p.303). De resto, e isto é ainda mais importante, seria possível demonstrar que “em certas sociedades as relações de parentesco (aborígenes australianos) e as relações políticas (Atenas no século V) ou político-religiosas (Antigo Egito) também funcionam como relações de produção” (GODELIER, 1984, p.20). Desta forma, de modo algum a “produção” não corresponde a uma instância fixa, sempre a mesma, que se refere em todos os casos apenas a categorias propriamente econômicas (no sentido capitalista ou moderno).

É de fato importante para o historiador ou para o antropólogo redefinir, diante de cada realidade a examinar, o que faz parte da “produção” em cada caso. Godelier se pergunta, inclusive, porque no mundo atual o Econômico torna-se o dominante, enquanto que nesta ou naquela sociedade as relações de parentesco, as relações políticas ou as relações religiosas podem se tornar dominantes. Em poucas palavras, o que explica que “um determinado conjunto de relações se torne dominante em um lugar e, no outro, [predomine] um conjunto diferente?”. Sua resposta aponta para a constatação de que “um conjunto de relações sociais se torna dominante quando funciona simultaneamente como relações sociais de produção, como arcabouço e fundamento social do processo material de apropriação da natureza” (GODELIER, 1984, p.20).

Se, no limite, as proposições de Maurice Godelier tendem a desautorizar, ou ao menos colocar em suspeição a metáfora base-superestrutura, já a posição do historiador inglês Edward Thompson (1924-1993), por seu turno, aponta tanto para a redefinição do sentido de “Modo de Produção”, como para a rejeição radical daquela metáfora, que Thompson afirma ter sido meramente ocasional no próprio pensamento de Karl Marx. Podemos encontrar uma síntese de sua posição no célebre artigo “Folclore, Antropologia e História Social”, publicado em 1977 na *Indian Historical Review*:

“Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subseqüentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão – e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, *devem* colocar em questão – a idéia de ser possível descrever um modo de produção em termos ‘econômicos’ pondo de lado, como secundárias (menos ‘reais’, as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção). Uma divisão arbitrária como esta, uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça” (THOMPSON, 2001, p.254-255)

A metáfora estrutural, desta maneira, não tem salvação de acordo com o ponto de vista de Thompson, uma vez que ela conduz inevitavelmente ao reducionismo e ao “determinismo vulgar”. Pensar em um edifício que opõe sua base à superestrutura é já partilhar as diversas atividades e atributos humanos em uma instância ou outra: a economia, a tecnologia e as ‘ciências aplicadas’ na base de apoio; e as leis, a religião, a arte, e outros tantos aspectos da cultura em compartimentos mais frágeis, erguidos depois e em cima. E pior, porque ainda se deixa outros elementos “a flunar, desgraçadamente, no meio (lingüística, disciplina do trabalho” (THOMPSON, 2001,

p.256). Tal maneira de ver as coisas, parece sugerir Thompson logo em seguida, pode mesmo conduzir a situações absurdas e patéticas na ação política, pois tal como teria ocorrido na planificação stalinista, tende-se a acreditar que “a boa sociedade pode ser simplesmente criada a partir da construção de uma ‘base’ industrial pesada”, uma vez que “isto dado, uma superestrutura cultural irá, de algum modo, construir-se sozinha” (THOMPSON, 2001, p.256). As preocupações teóricas de Thompson, como se percebe, alinham-se bem de perto aos seus esforços práticos de trabalhar em favor de um “socialismo humanista”, sonho acalentado até a sua morte em 1993¹⁰.

Redefinindo a própria noção de Determinação

Outro grupo de posições que procuram sair dos impasses do determinismo econômico remete a redefinições da própria noção de “determinação” (item 7), que se mostra por vezes aproximada das idéias de ‘tendência’, ‘probabilidade’ ou campo de possibilidades, de modo a trazer mais flexibilidade ao aspecto da determinação diacrônica no Materialismo Histórico. Pierre Vilar, no célebre ensaio *Une histoire em construction* (1982), procura mostrar que “a produtividade é a condição necessária da transformação histórica; mas, contrariamente ao que se diz hoje, ela não é suficiente”. Polemizava, portanto, contra os deterministas lineares de sua época¹¹. O historiador francês está pronto a reconhecer que o modo de produção não se transforma simplesmente no outro exclusivamente a partir de suas transformações internas. Assim, no artigo “Problemas da formação do capitalismo”, publicado em 1953 na revista *Past and Present*, o historiador francês busca avaliar a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista a partir do contraste entre fatores exógenos e endógenos. Afirma, contudo, que é preciso ir ao cerne do sistema para captar o endógeno. De todo modo, reconhecer a participação de fatores externos na passagem de um modo de produção a outro é já repensar a natureza da determinação.

¹⁰ A inadequação da metáfora que contrasta base e estrutura já é apontada por Thompson desde 1957, no texto em que discute o Socialismo Humanista (*New Reasoner* I, 1957). De modo geral, ele mostra a sua pouca afinidade com o uso de metáforas no texto “As Peculiaridades dos Ingleses” (1978): “Enfim, a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos. Só podemos descrever o processo social – como Marx mostrou em *O 18 Brumário* – escrevendo história. E, mesmo assim, terminaremos apenas com um relato seletivo de um processo particular” (THOMPSON, 2001, p.58).

¹¹ Ver também LEMARCHAND, 2007, p.93-104.

Repensar a noção de “determinação” (‘posição 5’) é também a proposta de Raymond Williams (1921-1988), ensaísta, romancista e crítico de arte que pode ser assimilado aos historiadores da escola inglesa do marxismo e que, tal como estes, trazia como principal preocupação a Cultura. “Marxismo e Literatura”, ensaio publicado em 1971, é possivelmente a obra em que se encontra mais bem aprofundada a sua radical crítica à ideia de que, em uma determinada formação social, existiriam uma infraestrutura determinante e uma superestrutura determinada, concebíveis como esferas separáveis uma da outra.

Antes de prosseguirmos com algumas observações sobre a posição de Raymond Williams relativamente ao Determinismo, será oportuno lembrar a influência, em praticamente todos os pensadores marxistas ligados à Escola Inglesa, dos *Grundrisse* de Karl Marx (1857-1883). Este texto foi tão importante para a Escola Inglesa da historiografia marxista, como foi o texto “O Fetichismo da Mercadoria” para a Escola de Frankfurt¹². Há nos *Grundrisse* uma singular passagem em que Marx se utiliza de outra metáfora, que não a da base e superestrutura, para expressar um tipo de determinação que atravessaria os modos de produção. Ele se expressa em termos de “uma luz geral, na qual estão imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares; [...] um éter especial a definir a gravidade de tudo o que dele se destaca”. Esta passagem foi muitas vezes evocada pelos marxistas da Escola Inglesa, tal como Edward Thompson e o próprio Raymond Williams. Trata-se de uma metáfora em que se permite reconhecer a “cor particular” das diversas produções e esferas do social, nenhuma delas preponderante em relação às outras, e na qual a determinação atravessaria o modo de produção como um todo, como uma luz mais ampla que afeta a tudo, mas não elimina a tonalidade particular de cada elemento iluminado.

Não é gratuito o sucesso desta passagem entre os marxistas ingleses, notadamente a partir dos anos 1960, quando o texto chega à Inglaterra. A metáfora permite que não se pense na instância cultural como mero reflexo de outra coisa, tal como pode ocorrer quando se lança mão da metáfora espacial da infra-estrutura / super-estrutura. Na verdade, Raymond Williams argumenta que Marx, mesmo nas ocasiões

¹² O volumoso manuscrito que recebeu este nome havia sido concebido por Karl Marx como uma preparação às suas mais alentadas obras de análise sobre o modo de produção capitalista, respectivamente a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867). Contudo, os *Grundrisse* teriam de esperar 81 anos para serem publicados pela primeira vez, o que ocorre em Moscou entre 1939 e 1941. O texto só retornaria à Alemanha, na sua forma completa, em 1953. Em 1964, foi traduzida para o inglês a parte dos *Grundrisse* intitulada “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, que recebeu um importante prefácio de Eric Hobsbawm.

em que utilizou a metáfora espacial, sempre se propusera a pensar infra-estrutura e super-estrutura como uma “relação”, e que somente depois foram surgindo as redefinições da base-superestrutura a partir de esquemas fechados, sejam temporais ou espaciais. Na leitura temporalizada da relação base-estrutura, a saber, pressupõe-se que a base econômica precede temporalmente a consciência, e, a partir daí, tomam forma a política e a cultura. De igual maneira, na leitura espacializada desta mesma metáfora, investe-se na visualização em termos de “camadas” bem separadas: a política, a cultura, a ideologia, a base econômica, sendo esta espacialmente anterior as demais (o edifício, vale dizer, é construído a partir de uma determinada base, se somente a partir daí vão surgindo os demais andares). A proposta de redefinir “determinação”, em Williams, é sustentada como um retorno a Marx, como uma correção de um desvio que fora imposto ao materialismo histórico por marxistas posteriores.

Teria sido a não percepção de que a base é em si mesma “um processo dinâmico e internamente contraditório” o que teria levado ao entendimento da infra-estrutura como área dotada de propriedades fixas, prontas a exercer suas incontornáveis determinações. Por isso mesmo, Raymond Williams propõe a revisão do conceito de “determinação” (WILLIAMS, 1977, p.86), que segundo a sua concepção deveria estar relacionado à fixação de limites, ao estabelecimento de horizontes, à produção de pressões, mas nunca à manifestação de uma força irresistível a determinar todas as demais instâncias sociais, através de um jogo de reflexos, e a conduzir a história em uma direção única que excluiria do destino humano a liberdade e as escolhas. Em síntese, se Thompson rejeitaria radicalmente o conceito de “infra-estrutura”, indo um passo além, já Williams pretende salvar esta noção imprimindo um novo sentido à idéia de determinação – depurando-a, por assim dizer, do “determinismo” em *stricto sensu*. Mas aqui também surge a necessidade de um novo ajuste, e Raymond Williams tomará emprestado também o conceito althusseriano de “superdeterminação”¹³.

Reenfatizando as ações humanas

Por fim, uma saída para o impasse ou para o imobilismo da Determinação Absoluta é conceder na análise historiográfica um maior espaço para a ação humana (‘posição 8’), para o seu poder de transformar a realidade – sempre, é claro, no interior

¹³ “O conceito de ‘superdeterminação’ é uma tentativa de evitar o isolamento de ‘categorias autônomas’, e, não obstante, interativas, é claro” (WILLIAMS, 1979, p.92).

dos quadros das condições objetivas que enredam os homens, mas sem necessariamente tolher os seus movimentos a ponto de imobilizá-los e frear seu poder criativo. Retornamos aqui a Marx, na verdade ao Marx historiador, pois é mesmo impressionante que, diante de situações histórico-sociais concretas a serem analisadas – o que Marx fez em *O 18 Brumário* (1852), *Luta de Classes na França* (1850), *A Guerra Civil na França* (1871) – reaparece a complexidade da ação humana. A arte com que Marx equilibra nestas obras a determinação que se impõe sobre os homens e a capacidade destes mesmos homens de propor ou impor transformações na realidade que os enreda vai aparecendo à medida que a história se mostra complexa ao historiador Marx. Os esquemas simplistas não funcionam mais, e Marx permite-se em, *O 18 Brumário*, a uma análise digna de um historiador profissional, investigando fontes diversas, tirando partido das contradições entre o discurso das leis e os entreditos que nelas se escondem, trazendo à tona as páginas de jornais da época e abordando-as como discursos, atentando para o movimento dos preços e para a vida material dos camponeses, indagando por suas reminiscências imaginárias. As classes não se reduzem aqui ao esquema simplista que no *Manifesto Comunista* (1948) opõe capitalistas e trabalhadores: surgem as várias nuances pertinentes a cada grupo social, as suas idiossincrasias, o seu fazer-se diante dos acontecimentos.

A História, para o historiador Marx, mostra suas duas facetas: aquilo que se impõe sobre os homens através de condições objetivas herdadas das gerações anteriores, e aquilo que vai sendo transformado pela sua ação, pelo seu confronto através das lutas sociais. A História é para ele espaço de aprisionamentos e de liberdades. Há épocas em que a História parece se impor tiranicamente sobre estes homens, deixando-lhes margens estreitas, no interior das quais, contudo, eles se movimentam; e há épocas em que estes mesmos homens parecem tomar para si a tarefa de revolucionar os seus destinos. Às vezes há simulacros, diálogos de uma época com outra, interpenetrações inesperadas. É célebre a abertura de *O 18 Brumário*, na qual Marx começa por evocar os acontecimentos franceses de 1848 a 1851 como caricaturas e reapropriações da Revolução Francesa ocorrida sessenta anos antes, registrando em seguida os dilemas dos homens diante de uma História que ao mesmo tempo sofrem e sobre a qual atuam:

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar a si e às coisas,

em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789/1814 vestiu-se alternadamente como a República Romana e como o Império Romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793/1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para a sua língua natal; mas, só quando puder manejá-la sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela” (MARX, *O 18 Brumário*)

A ação humana combina-se aos condicionamentos objetivos no entretecer da História. Marxistas diversos irão se contrapor aos exageros que podem surgir com a idéia de Determinismo, que em outros autores impõe-se de forma absoluta, e buscam chamar atenção para aquilo assegura ao mundo humano um espaço de liberdade: a Práxis. Jorge Larrain, autor ao qual já nos referiremos, procura lembrar que “são os seres humanos, com sua atividade prática, que provocam a mudança dentro de um quadro de opções limitadas” (1986, p.116).

Conclusões

O conceito de ‘modo de produção’ segue adiante como noção operacional para a História, a Sociologia, a Antropologia e outras ciências sociais e humanas. Seu uso, todavia, tem sido constantemente refinado por pensadores do social que se defrontam com uma realidade histórica ou presente que resiste a imagens inflexíveis da realidade. No presente artigo buscamos apenas mostrar um pequeno panorama de possibilidades, trazendo à baila não apenas redefinições do conceito de ‘modo de produção’ como as discussões sobre a noção de ‘determinismo’. Esta discussão teórico-metodológica, todavia, é extremamente rica, de modo que aqui apenas pudemos alinhar algumas das posições que têm sido propostas desde a fundação do Materialismo Histórico.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. “Althusser: a ideologia e as instituições” In ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.7-51.
- ALTHUSSER, Louis. “Contradição e Superdeterminação”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista (Pour Marx)*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967 [original do ensaio: 1960].

- BRENNER, Robert. *The Origins of Capitalist Development: a Critic of Neo-Smithian Marxism*. *New Left Review*, I, 104, July –August 1977.
- BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemert, 1970.
- COHEN, G. A. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Paz e Terra, 1976 [original: 1878].
- ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (e também: “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”). São Paulo: Fugor, 1962 [original: 1880].
- ENGELS, Friedrich. “Carta a Mehring” (14 de julho de 1893) in *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.465-466.
- ENGELS, Friedrich. “Cartas a Schmidt” (5 de agosto e 27 de outubro de 1890) in *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.455-458 e p.458-464.
- ENGELS, Friedrich. “Cartas a Starkenburg” (25 de janeiro de 1894) in *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.468-471.
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004 [original: 2000].
- GODELIER, Maurice. *L'idéel et le matériel*. Paris: Fayard, 1984.
- GODELIER, Maurice. *Racionalidad e irracionalidad em la Economía*. México: Siglo XXI, 1967.
- GOUBERT, Pierre. *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris: SEVPEN, 1960.
- GRAMSCI, Antonio. *O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce*. Torino: Einaudi, 1955.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997-2002 (6 vol.).
- HOBBSAWM, Eric. *Todo Povo tem uma História*. *Times Literary Supplement* (incluído em *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.185-192).
- HOBBSAWM, Eric. *Marx e a História*. *New Left Review*. London: fevereiro de 1984, p.39-50 [incluído em *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.171-184].
- HOBBSAWM, Eric. “O Doutor Marx e seus críticos vitorianos” in *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.281-292.
- LARRAIN, Jorge. *A Reconstruction of Historical Materialism*. London: Allen and Unwin, 1986.
- LEMARCHAND, Guy. “A Noção de Modo de Produção em Pierre Vilar” in COHEN, Aron; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. *Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção*. Bauru: EDUSC, 2007, p.93-104.
- LEPORINI, C. e SERENI, E. *El concepto de 'formación económico-social'*. México: Siglo XXI, 1973.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989 [original: 1923].
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (org: Florestan Fernandes). *Marx e Engels: História – textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988 [original: 1848]
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1983 [original: 1946]
- MARX, Karl. “O 18 Brumário” in *A Revolução antes da Revolução – o 18 Brumário, as lutas de Classe na França, e a Guerra Civil na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [original de “O 18 Brumário”: 1852].

- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Flama, 1946 [original: 1859].
- MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Garnier Flammarion, 1969 [em português: *O Capital – crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979] [original: 1867].
- MARX, Karl. “O fetichismo da mercadoria” in: *O Capital – crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p.64-112. [original: 1867].
- MARX, Karl. “A Guerra Civil na França” in *A Revolução antes da Revolução – volume 2*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.339-355. [original: 1871]
- MILLER, Richard. *Analyzing Marx: Morality, Power and History*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- PLEKHANOV, G. “O papel do indivíduo na História” in *Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.72-112.
- PORTELLI. Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant*. London: Yale University Press, 1976.
- SAYER, Derek. *The Violence of Abstraction*. London: Blackwell, 1987.
- THOMPSON, Edward P. Socialist Humanism. *The New Reasoner*, London, n.1, p. 105-143, Summer, 1957.
- THOMPSON, Edward. *Miséria da Teoria ou: um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981 [original: 1978].
- THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra” In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.203-225 [orig: 1976]
- THOMPSON, Edward Paul. “Folklore, anthropology and social history”, *The Indian Historical Review*, n°2, 1977 [incluído em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, São Paulo: UNICAMP, 2001. p.254-255]
- THOMPSON, Edward Paul. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VILAR, Pierre. Croissance économique et analyse historique. *Première Conférence Internationale d’histoire économique*. Stockholm: 1960. Paris : EHESS, 1960, p.41-85 [também incluído em *Une histoire en construction*, Paris : Gallimard, 1982, p.13-86].
- VILAR, Pierre. *Une histoire en construction – approche marxiste et problématiques conjoncturelles*. Paris: Gallimard / Seuil, 1982.
- VILAR, Pierre. Histoire Marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser. *Annales ESC*, n°1, p.165-198. 1973-b.
- VILAR, Pierre. Problems of Formation of Capitalism. *Past and Present*, X, p.15-38, 1953 [incluído em *Une histoire en construction*, 1982, p.125-153]
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. London: Oxford University Press, 1977 [original: 1971]